

Proposta de Lei n.º 38/XV/1.^a
(Aprova o Orçamento de Estado para 2023)

Proposta de Aditamento

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA apresenta a seguinte proposta de aditamento:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO III

Disposições relativas à Administração Pública

Artigo 195.º - A

Alteração à Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Os artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, na sua redação atual, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 11.º

[...]

1 – O vencimento mensal ilíquido dos titulares de cargos políticos é reduzido a título excecional em 12%.

2 – [...]

3 – [...]

Artigo 12.º

[...]

1 – A remuneração fixa mensal ilíquida dos gestores públicos executivos e não executivos, incluindo os pertencentes ao setor público local e regional, e dos equiparados a gestores públicos, é reduzida a título excecional em 12%.

2 – [...]”.

Nota Justificativa:

Nos artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), prevê-se uma redução dos vencimentos ilíquidos dos titulares de cargos políticos e gestores públicos e equiparados, que subsiste desde 2010, enquanto medida de consolidação orçamental e de controlo do crescimento da dívida pública.

Recentemente, a Associação Nacional de Municípios transpirou o anseio de que tal redução fosse abolida, no seu parecer ao Orçamento de Estado de 2023, a fls. 7:

4.3 – De forma incompreensível e injusta, a PLOE2023 continua sem reverter o corte de 5% nos vencimentos dos titulares de cargos políticos, introduzido no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, no tempo da Troika, e mantido ainda hoje nas remunerações dos eleitos locais. Tendo sido já revertidas a esmagadora maioria das medidas então adotadas, é de elementar justiça que se acabe com esta redução do vencimento e com este anátema que recai sobre os titulares de cargos políticos.

Uma tal pretensão parece, ao Chega, falha de oportunidade e desligada da realidade atual.

Com efeito, num momento em que muitas famílias lutam com dificuldades para pagar as suas prestações do crédito à habitação, para suportar o aumento das despesas com



combustível, com gás, com eletricidade e, principalmente, com os géneros alimentícios, cujo preço acompanha diariamente a subida da inflação, o que parece adequado é que, também nós, titulares de cargos políticos, contribuamos, com um sacrifício adicional, para a redução a fatia do erário público que nos é destinada, a fim de que tal sacrifício possa reverter para o apoio às famílias portuguesas.

São Bento, 9 de Novembro de 2022

O Grupo Parlamentar do Partido CHEGA

André Ventura - Bruno Nunes – Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa